

**ARQUIVAR O EXÍLIO, CONTRARIAR O SILÊNCIO:
MEMÓRIAS, OBJETOS E NARRATIVAS DE TEMPOS INCERTOS**
**ARCHIVING THE EXILE, OPPOSING THE SILENCE: MEMORIES,
OBJECTS AND NARRATIVES OF UNCERTAIN TIMES**

SÓNIA VESPEIRA DE ALMEIDA
Universidade Nova de Lisboa, CRIA NOVA FCSH
sonia.almeida@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0001-8446-0036>

SÓNIA FERREIRA
Universidade Nova de Lisboa, CRIA NOVA FCSH
sonia.ferreira@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7215-3212>

Texto recebido em / Text submitted on: 02/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 22/01/2020

Resumo:

Este artigo discute as práticas de arquivamento – produção e preservação de arquivos – em contextos de exílio no quadro do projecto # *Ecos. Exílios, contrariar o silêncio: memórias, objectos e narrativas de tempos incertos*.

Tomando como corpo empírico um conjunto de entrevistas realizadas a membros da Associação de Exilados Políticos Portugueses (AEP61-74) que estiveram exilados em França, na Dinamarca, na Suécia e na Holanda durante o regime do Estado Novo, particularmente no período da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), pretende-se explorar o arquivo como um artefacto cultural, espelho de um tipo específico de mobilidade.

Palavras-chave:

Exílio; arquivos; memória; Portugal; Europa.

Abstract:

This article discusses archival practices — production and preservation of archives — in exile contexts in the framework of the project # *Echoes. Exile, countering silence: memories, objects and narratives of uncertain times*.

Taking as an empirical *corpus* a set of interviews with members of the Association of Portuguese Political Exiles (AEP61-74) who were exiled in France, Denmark, Sweden and the Netherlands during the Estado Novo regime, particularly during the Portuguese Colonial War (1961-1974), we intend to explore the archive as a cultural artefact, a mirror of a specific type of mobility.

Keywords:

Exile; archives; memory; Portugal; Europe.

Ce sont les souvenirs de ces journées intenses
Où partout nos espoirs s'affichaient sur les murs
Qui depuis quarante ans inspirent nos résistances
Dominique Grange – “N’effacez-pas nos traces”

Este texto insere-se numa reflexão alargada sobre a constituição de arquivos sobre o contexto de exílio no período democrático em Portugal e integra o projeto⁽¹⁾ # *Ecos. Exílios, contrariar o silêncio: memórias, objectos e narrativas de tempos incertos*. A investigação realizada debruça-se tanto no processo de constituição de arquivos já existentes como nos espólios que têm sido constituídos e as doações que têm sido realizadas após a fundação, em 2015, da Associação de Exilados Políticos

(1) Para além do CRIA, integraram inicialmente este projeto as seguintes entidades: AEP61-74; Associação Memória Viva/Mémoire Vive. Com início em 2016, tem obtido financiamentos parcelares que permitiram a organização de colóquios, a participação em conferências e a realização de entrevistas. A pesquisa tem sido financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (UIDB/04038/2020). Em 2019, foi aprovado para financiamento pela Comissão Europeia no âmbito do programa Europe for citizens | Sub-programme: Strand1: European Remembrance. Referência: 609056-CITIZ-1-2019-1-PT-CITIZ-REMEM. Entidades participantes: CRIA; Universidade Nova de Lisboa; AEP61-74; Casa da Esquina; Memória Viva/Mémoire Vive; URMIS (Univ. Paris); Universidade de Copenhaga.

Portugueses (AEP61-74⁽²⁾). Trabalhando com os seus membros tem-se procurado observar e analisar práticas, quer privadas quer coletivas, de arquivamento, ou seja, “o gesto de arquivar” (Travancas, Rouchou e Heymann 2013) contribuindo para problematizar o papel dos arquivos particulares no contexto da discussão mais alargada sobre as políticas públicas da memória em Portugal (Loff 2015). Estas práticas de arquivo permitem pensar como o exílio e a deserção foram temáticas arredadas das narrativas hegemónicas sobre a ditadura portuguesa.

Até ao momento a análise empírica tem-se centrado na realização de entrevistas a membros da AEP61-74 que estiveram exilados em França, na Dinamarca, na Suécia e na Holanda⁽³⁾ e que em 2015 integraram o núcleo de membros fundadores da Associação para, nas suas palavras, dar visibilidade à história e memória do exílio. A Associação tem desenvolvido atividade na edição de narrativas biográficas sobre o exílio, tendo organizado e publicado em 2016 e 2018 coletivamente dois livros (“Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961/1974)”, vol. 1 e 2) em torno dos quais decorreram até ao presente cerca de 50 sessões de apresentação, debate e discussão com a presença dos autores e convidados especialistas na área. A AEP61-74 estabeleceu ainda parcerias com associações congéneres na Europa assim como com autoridades municipais e universidades em Portugal e em diversos outros países europeus. Algumas destas parcerias visam a recolha, tratamento e visibilização de material biográfico e de objetos, nomeadamente para a constituição de acervos e a patrimonialização de percursos e locais relacionados com as rotas do exílio.

Em termos gerais, estas atividades têm procurado dar visibilidade à temática do exílio, com enfoque na sua componente política e nos processos de deserção à Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), reclamando uma memória simultaneamente nacional e europeia já que a experiência portuguesa «partilha com muitos outros ex-impérios coloniais europeus uma descolonização por cumprir» (Cardina e Sena Martins 2018: 13) em que o reconhecimento e a reflexão sobre o império e as suas heranças continua associado a memórias frágeis ou silenciadas (Traverso 2012 [2005]). Como assinala Manuel Loff (2014), até ao início da década de 90 assistiu-se a uma clara desvalorização política e social

(2) Ver <http://aep61-74.org>

(3) O universo de análise é constituído no presente por um conjunto de 7 entrevistados.

daqueles que se opuseram e resistiram à ditadura. Esta desvalorização poderá ser perspetivada, em termos mais latos, no contexto da «reorganização da memória imperial da nação» (Peralta 2017: 10) e do re-posicionamento de Portugal no espaço europeu. É neste contexto pós-colonial que, desde 2015 (pelo menos de forma organizada) os membros da AEP61-74 inscrevem as suas vozes.

A reflexão antropológica sobre estes processos de inscrição da experiência do exílio no espaço público implica contudo uma circunscrição do conceito: a que nos referimos quando falamos de exílio?

Exílio, antropológicamente falando...

Uma definição de exílio tem de ser contextual e historicamente situada. Se de forma abrangente podemos definir o exílio no âmbito de um tipo específico de mobilidade, a migração forçada, embora esta alocação não seja unânime (Hackl 2017), o termo possui uma definição múltipla e híbrida que pode ir da configuração institucional ou legal à identitária.

Para compreender a amplitude do conceito no âmbito das Ciências Sociais seria necessário lê-lo num exercício de etnogénese próximo do proposto por Liisa Malkki para o conceito de refugiado no texto «Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things» (1995). No entanto, o que ocorre com maior frequência é um centramento dos autores nas questões que remetem ou para as motivações e condições de partida ou para as atividades e posicionamentos mantidos no país de acolhimento (Dufoix 2005). Nalguns casos ainda, o olhar direciona-se para o domínio da antropologia da violência ou da antropologia médica (Lumsden 1999), analisando o “trauma” enquanto consequência deste tipo de mobilidade. Na sua globalidade, podemos por isso afirmar, no seguimento de Hackl (2017), que a antropologia social tem apenas raramente discutido conceptualmente o exílio – a «chronic neglect of exile’s analytical value» (2017: 65) –, apesar deste ser um conceito seminal inscrito na cultura clássica das sociedades ocidentais.

Simultaneamente, na esteira de Mieke Bal (2009 [2002]), exílio é um conceito viajante, na medida em que viaja por diversas disciplinas. A título de exemplo, no âmbito da literatura e dos estudos culturais, para além da proposta já clássica de Edward Said em “Reflections on Exile” (2001), dispomos de reflexões contemporâneas como a de Nuselovici

(2013) que defende que a experiência de exílio tem potencialidades heurísticas únicas. Assinalando contudo que esta é negligenciada no quadro das análises sobre as novas experiências migratórias que conferem particular ênfase a conceitos como migrante, refugiado ou clandestino. Por outro lado, realça como a diversidade e a natureza múltipla do exílio escapam às grelhas analíticas centradas quase exclusivamente nas análises de tipo sócio-económico que se debruçam essencialmente sobre a noção de migrante. Na sua conceção, polémica mas interessante enquanto desencadeadora de debates, «um migrante é antes de mais um exilado».

Ainda no domínio da nomenclatura e para o caso do exílio português, tomemos como exemplo as distinções que o historiador Victor Pereira (2000) enuncia para as diferentes «designações dos exilados portugueses em França entre 1958 e 1974» que se dividem entre «as tipologias dos investigadores», «as designações dos exilados políticos portugueses feitas pelo Estado francês» e a «auto-representação». Estas questões assumem frequentemente relevância para a obtenção de dados quantitativos sobre estes processos de mobilidade, dos quais não estão ausentes debates polémicos sobre como fazer a sua contabilização e qual a sua circunscrição, ou seja, o que é um exilado e para quem? Douglas Silva na sua análise sobre o exílio português no Brasil remete ainda para a importância de uma análise contextual ao referir «a produção social de categorias auto-atribuídas ou atribuídas por terceiros, constitutivas de um vocabulário nativo» (2007: 243) que remontando ao panorama histórico-social europeu são ressemantizadas no contexto brasileiro. Assim, não só o conceito é plástico e híbrido na sua configuração semântica como é historicamente denso na articulação entre políticas migratórias e narrativas humanitárias, ou seja, nas relações entre Estados e regimes ideológicos. Se do ponto de vista do “imaginário”⁽⁴⁾ ser exilado em França, na Holanda ou na Suécia tem expressivos pontos de convergência, a situação institucional difere fortemente e a relação com o ato de arquivar também, como se sublinhará adiante.

(4) Galitzine-Loumpet refere como: «um dos interesses de estudar os objectos do exílio é o facto destes tanto constituírem vestígios materiais que revelam uma condição, a do exílio, como simultaneamente são pistas que na intersecção do material e do imaterial revelam os múltiplos níveis dos imaginários» (2013: 4) (tradução nossa).

Por fim, é importante assinalar que independentemente das preocupações conceptuais em torno do termo e do grau de sofisticação da sua análise, uma evidência se apresenta, a de serem as narrativas, geralmente de caráter biográfico ou auto-biográfico, a assumir centralidade no estudo do exílio. O lugar da cultura material e do arquivo têm sido menos visíveis, tanto nas reflexões dos protagonistas como na análise académica. Este texto pretende assim lançar esse debate no contexto português, não tendo pretensões de esgotar descritivamente o campo empírico mas de o olhar analiticamente.

Como pensar a materialidade e o arquivo do “exílio”? Faz-se uma proposta de trajeto acompanhando o material etnográfico.

Arquivar a própria vida. Arquivar para o futuro

Primeiramente importa interpelar a génese do arquivo do exílio e as práticas de auto-arquivamento (Artières 2013). Se muitas vezes nos interessamos pelos conteúdos de um arquivo, nem sempre interrogamos os seus modos de construção. Por exemplo, o gesto de guardar uma fotografia, de a compor numa *assemblage* de outros registos ou de a integrar num álbum ou numa pasta de arquivo.

Como se arrumam, arquivam vidas incertas, clandestinas? Como os arquivos do exílio desafiam os arquivos oficiais? O que insinuam para além da visível materialidade dos documentos e registos? Qual a relação das pessoas com este tipo de materiais? Como acompanhar a ramificação das relações sociais, das quais estes documentos fazem parte? O que representam? O que fazem as pessoas com estes objetos e materiais diversos? Este conjunto generoso – e assumidamente ambicioso – de questões não oferece uma resposta fácil. Procurar-se-ão, contudo, aflorar algumas pistas para reflexão.

Artières (1998) assinala o facto de passarmos o tempo a arquivar as nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Através destas práticas minúsculas do quotidiano construímos uma imagem para nós mesmos e para os outros. Fazemos pactos com a realidade «omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens» (1998: 11). Olhando para uma fotografia do seu arquivo, um dos nossos interlocutores sublinha: «*Isto era eu quando era revolucionário*». O arquivo como depositário de identidades passadas e como prática

curatorial do *eu*, interpela o seu autor a posicionar-se e a circunscrever-se em relação ao registo biográfico. Vestígios e traços materiais de um *eu* que já não é mas que o presente reclama. O resgatar memórias com 40 anos, o trazer para o debate atual o que *eu* era para pensar o que *eu* sou e para pensar o mundo.

Deste modo, a tensão entre o revivalismo do passado e a atualidade habita os discursos dos nossos entrevistados, remetendo-nos para a icónica expressão de Lowenthal (1985) de que o passado é um artefacto do presente. As experiências vão-se sobrepondo – convocando diferentes temporalidades – e as novas expectativas ou desencantos marcam retrospectivamente o olhar e o discurso (Koselleck 2004: 262). A maior parte das narrativas que encontrámos aludem à importância de não esquecer os exílios do passado para pensar os exílios contemporâneos e dão corpo a uma batalha pela memória que adquire várias configurações. O arquivo vai inserir-se justamente nesta vontade de inscrever uma narrativa passada que serve uma narrativa presente, narrativa essa que pode ser ideologicamente investida e coletiva. Como enfatiza Weld, «documents both *represent* power and *are* power – not in some deracinated, postmodern sense but all too concretely in their creation, keeping, and use by political actors» (Weld 2014: 87).

Refere igualmente Artières como «arquivar a própria vida é pôr-se ao espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência» (Artières 1998: 11). Ou seja, o arquivo como auto-biografia, o arquivo a partir de baixo. Igualmente McKemmish (2013) acentua a ação que designa por «provas de mim», ou seja, narrativas do *self*, a partir da proposta de Giddens (1991). No entanto, no caso em análise, se por um lado assistimos a práticas de arquivamento individuais, elas podem ser lidas como ações que partem de um «movimento colectivo» mais alargado que luta pela inscrição e pela visibilidade no domínio público, no espaço sacralizado da memória e institucional da história. Ou seja, se se pode por um lado particularizar um ou outro espólio associado a uma vontade individual de guardar documentos e outros objetos que se considera importantes para pensar e estudar um determinado período da história, estamos neste caso perante um movimento mais amplo onde está claramente patente uma “vontade de arquivo” que se insere numa prática consciente de dar sentido e visibilidade a um tempo e espaço significativo. Se alguns dos

entrevistados tinham já feito doações e depósito do seu arquivo pessoal⁽⁵⁾, a fundação da Associação cria uma narrativa coletiva e pública para esses arquivos, dá-lhes enquadramento institucional mesmo que não os tutele. Ao incentivar publicamente a doação a instituições públicas de materiais privados relacionados com biografias de exílio, promove uma política informal de criação de acervos. O seu impacto está, contudo, ainda longe de se poder determinar.

Por outro lado, é preciso interrogar o estatuto destes documentos. Utiliza-se a designação documentos pois os espólios são constituídos na sua maior parte por documentos escritos ou visuais – panfletos políticos, bilhetes de identidade falsos, passaportes, fotografias, cartas, jornais, livros. A existência de outro tipo de materiais (objetos de uso quotidiano, peças de vestuário) só foi possível aferir através das entrevistas, pois estes não integram o que é canonizado como “arquivo”. Constituem um “espólio privado”, íntimo, subjetivo, desvalorizado que permite ler o lado menos visível desta experiência: a construção de um lar, as relações de género, os afetos, as sociabilidades.

Esta questão remete para a importância de perspetivar o arquivo como um «artefacto cultural» (Travancas, Rouchou, Heymann 2013), o que implica considerarmos como eixo de análise o estatuto que determinado documento ou objeto ocupa quando associado a uma conceção de valor, memória e passado. Cada um é resultante de uma rede de intencionalidades: de quem o produziu, de quem o guardou, de quem o organizou e de quem o torna visível, o difunde, o apropria. Interpelá-lo implica ir mais além do conteúdo *per se*, interessando em particular os sentidos e rede de relações que evocam e constroem, bem como a sua influência no campo da ação social (Gell 1998). Importa questionar os documentos, a sua biografia e trajetória à luz da proposta de Maruska Svasek (2012) que destaca que a análise dos objetos implica dois processos: trânsito e transição. O trânsito refere-se à localização e ao movimento dos objetos no tempo e através de fronteiras sociais e geográficas, enfatizando como os afetos e aspetos emocionais configuram este processo. A transição diz respeito à forma como o significado, valor, *status* e a relação entre pessoas e objetos muda através desse caminho. Estes processos são sempre moldados pelas relações

(5) Dos entrevistados, dois depositaram o seu acervo no *Centro de Documentação 25 de Abril* (<http://www.cd25a.uc.pt>, Coimbra) e um terceiro em *La Contemporaine* (<http://www.lacontemporaine.fr>, Paris). Os restantes guardam o espólio nas suas habitações.

entre agentes diferenciados que produzem, recolhem, oferecem, usam, expõem estes artefactos numa determinada conjuntura histórica. A teia de sentidos que uma fotografia, por exemplo, pode assumir remete indubitavelmente para a discussão tanto das subjetividades como da «vida social das coisas» (Appadurai 1986). Esta questão é fundamental para compreendermos também as lacunas, aquilo que não está lá, bem como o que é valorizado e se pretende preservar, o que poderemos chamar de “vontade prévia”. Interrogados especificamente sobre as suas motivações, alguns interlocutores acentuaram: «(...) achava que era extremamente importante tudo o que se estava a passar para se poder perder. E então guardei, foi por isso que vim carregado com muitas coisas dentro das malas quando voltei. Tudo o que tinha trouxe (...)» (JS).

Se para alguns esta necessidade se apresenta no momento, para outros ela surge *a posteriori*, no regresso, assumindo nos primeiros anos um carácter auto-reflexivo sem rumo ainda certo.

«Isso para mim é claro, que é tu perceberes que tens na tua posse uma quantidade de coisas que mais ninguém tem, entre aspas, é uma coisa única e aquilo é o trabalho de muita gente. Começas a ter a noção que para fazer um panfleto é preciso três ou quatro pessoas, para fazer um jornal são precisas muito mais e começas a ter muitas coisas dessas e começas a pensar que aquilo pode ter alguma importância porque não há outra coisa, é único, são exemplares únicos. São coisas que tu produziste portanto também está o teu ego um bocado envolvido nesta questão do guardar. Mas tu começas a ter essa noção de que se calhar vale a pena guardar porque isto pode ser útil porque é único e portanto é um espólio, ainda sem uma consciência muito clara do que é que se pode fazer com isto, que hoje penso que já há mas tu não tens uma ideia com isto posso fazer este projecto ou aquele e aquele, isso não existe» (FC).

A constituição de um arquivo representa assim um momento significativo que tem de ser analisado com cuidado (Hall 2001), pois o seu nascimento revela o início do trajeto auto-reflexivo mencionado. Olhar o passado a partir do gesto de arquivar produz um tipo específico de representação do passado (Halbwachs [1925] 1994; [1950] 1997) e simultaneamente constrói futuros e expectativas. Este confronto com o tempo – o tempo da experiência, o tempo da memória que solta o tempo da prática arquivística enquanto prática patrimonial – foi determinante no momento da entrevista. Procurou-se, desta forma, interpelar essa vontade, essa necessidade, esse imperativo. Que pode, em alguns casos, ser atribuído a uma característica

intrínseca do indivíduo: «A preocupação de registo sempre existiu em mim. É muito pessoal se não, não tinha tantos documentos que eu guardei. Desde a fatura, alguém guarda essas coisas» (FCA). Mas quando começa? – «(...) eu tenho aqueles comunicados da Associação de Estudantes em 69, começou aí. Esse é o meu arquivo mais antigo (...)» (JS). A preocupação de registo pode assim ser lida como estrutural e relacionar-se com a forma de apreender o mundo. Podendo contudo assumir igualmente uma configuração mais instrumental ao permitir pragmaticamente agir sobre este, nomeadamente no campo do político⁽⁶⁾: «A motivação para os guardar para além de interesse pessoal porque fui sempre um apaixonado por documentos, não sou rato de biblioteca mas gosto de guardar era também termos documentação que nos servisse de apoio às nossas acções, fundamentalmente era isso» (RM).

No tempo presente, os acervos pessoais assumem por isso também o valor testemunhal da atividade oposicionista realizada no estrangeiro. Eles atestam a luta, o sacrifício, o empenho. E se a sua dimensão material está presente logo no percurso de ida para o exílio (passaporte falso, dinheiro, fotografias, etc) ela é particularmente expressiva no regresso (acervo político, livros, objetos de uso quotidiano). Simultaneamente, a dimensão tangível materializa e incorpora uma experiência nem sempre possível ou fácil de articular verbalmente.

Assim esta dimensão concreta do exílio, que constitui desde o início o ponto fulcral da investigação, ocupou necessariamente um lugar de destaque na recolha dos depoimentos e nas entrevistas realizadas conversou-se, sempre que possível, com os materiais presentes. A sua manipulação desencadeou evocações e despoletou narrativas, algumas desconexas outras organizadas. Sendo os materiais mais valorizados os que na sua maioria têm sobre si construído um relato mais ordenado que procura assinalar precisamente o seu lugar distintivo na hierarquia do arquivo. Simultaneamente este lugar não é estático e diferentes conjunturas podem produzir diferentes posicionamentos e atribuições de valor.

Os arquivos do exílio incorporam assim um conjunto heterogéneo de sentidos, de subjetividades para quem esteve, para quem viveu, para quem reconhece um rosto, para quem investiga. Talvez por isso os acervos fotográficos ou fílmicos sejam muito valorizados, na medida em que não só proclamam significações através da sua

(6) Os entrevistados desenvolveram trabalho político militante nos países onde residiam, situando-se ideologicamente no campo da esquerda radical (Cardina 2011).

indiscutível materialidade, da sua presença visível e palpável, bem como simultaneamente revelam um excedente de significação na medida em que participam das vivências e experiências de um contexto histórico e de um grupo específico (Bourdieu 2003 [1965]).

Importa contudo sublinhar que os quotidianos vividos em contexto de ditadura marcavam já uma relação específica com o “gesto arquivístico” e com o ato de guardar. Podemos afirmar que é possível identificar nestes contextos uma tensão permanente entre o guardado e o destruído. Artières assinala como o desviante é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico (Artières 1998: 11). Mas no contexto do exílio político e da situação que o despoleta, por exemplo, não era na maior parte dos casos possível arquivar, os materiais eram frequentemente destruídos por motivos de segurança, o papel era perigoso, aliás os relatos sobre o perigo dos “papéis” perpassam toda a história das oposições a regimes ditatoriais: queimar, esconder, destruir. O papel portador de informação era simultaneamente precioso e perigoso. Daí o poder do arquivo mental, treinava-se o decorar informação (nomes, moradas), sobrevivia-se com um arquivo imaterial. E frequentemente ouvimos histórias de momentos extremos em que se dá mesmo o consumo do arquivo pelo corpo quando se ingeriam papéis. Se a vida social dos materiais é interessante, aqui ela está intrinsecamente ligada às vidas incertas e precárias dos seus produtores. Revela um dos entrevistados:

«Ao princípio quando eu cheguei e eu falo por mim, arrastas esta experiência de não ter nada em casa para não ser apanhado, levás isso contigo. Mas ao fim de um certo tempo percebes que França é diferente, ninguém te vai entrar em casa às seis da manhã e levantar-te da cama e tal e portanto alivia também essa pressão e vais colecionando mais calmamente coisas que sabes que não te vão comprometer, a repressão não é dessa natureza e isso fica mais leve; permite que tenhas em casa coisas que possas consultar e possas reler» (FC).

De facto importa sublinhar a alteração da relação estabelecida com os materiais produzidos, no entanto a dimensão clandestina pode não desaparecer completamente. Isso é particularmente visível no contexto do exílio português em França, onde se desconfiava permanentemente das forças policiais por se considerar que estas se relacionavam institucionalmente com o regime português, nomeadamente com a polícia política (Pereira 2012): *«A parte clandestina estava dividida por várias casas, pela minha casa, pelo do M e pela do L, fundamentalmente. Dispersávamos, dispersávamos, dispersávamos.»*

(RM); «Material do jornal “O Comunista” era guardado mas ninguém sabia por quem nem onde por questões de compartimentação» (FC). Existem, contudo, exceções e um dos interlocutores narra como registou fotograficamente a sua passagem clandestina da fronteira:

«Eu tenho um rolo completo da passagem da fronteira. E começa logo às 4 da manhã na primeira paragem de automóvel. Há uma fotografia que é logo quando houve luz do dia. Portanto eu sou quem faz a maior parte das fotografias [do salto], mas há uma que é muito conhecida em que nós estamos a fazer um manguito em cima do marco da fronteira. Essa não fui eu que a tirei. Eu estou lá. Estamos lá seis e são só cinco que foram para a Suécia [...] Temos uma reportagem fotográfica da nossa deserção, o que é pouco vulgar. [...] Não houve infracção à disciplina nenhuma porque eu não estava em nenhuma organização porque senão, não tinha feito a fotografia. Não se queria registos. [...]» (FCA).

A relação com o registo é assim sempre ambivalente. Regista-se por um imperativo pessoal, regista-se porque é necessário para o trabalho militante mas o registo pode ser perigoso, incriminatório e constitui frequentemente uma pesada responsabilidade. No tempo subsequente ao exílio o registo assume outros contornos, ele é testemunho, ele permite que não se apaguem os “traços”.

Um arquivo para o futuro e a inscrição na história: notas finais

O arquivo tem sido perspetivado como uma instituição que canoniza, congela e classifica o conhecimento de que os Estados necessitam (Dirks 2001:107), ou seja, como instrumentos de hegemonia (Zeitlyn 2012). Jacques Derrida em *Archive Fever [Mal d'Archive]* (1996), ao explorar a raiz grega da palavra, que deriva de “commandement” (autoridade) e “commencent” (origem), alude às relações de poder que o caracterizam uma vez que o arquivo é um lugar de autoridade, espelha uma tentativa de preservação de algo que deve ser recordado, excluindo o que é necessário esquecer. Derrida e Foucault (1969) sublinham contudo que os arquivos podem ser lidos de forma “subversiva”, abrindo novas possibilidades de reflexão. Perguntamos então como aplicar esta questão aos arquivos do exílio? Como ler e trabalhar os arquivos já existentes?

Os arquivos que aqui analisamos aproximam-se da definição de Almeida e Cachado (2019), quando discutem a pertinência da designação

«arquivos dos antropólogos», ao invés de arquivos etnográficos, colocando justamente a ênfase nos modos de construção do arquivo e na forma como revelam trajetórias pessoais e profissionais. No âmbito das entrevistas realizadas foi possível observar como o conceito de arquivo, do ponto de vista *emic*, vai sendo moldado de forma processual e de acordo com as diferentes conjunturas históricas. A sua constituição, preservação, doação e visibilização é, não só contextual, como frequentemente conflitual e politicamente investida. Como sintetiza Weld «documents, archives, and historical knowledge are more than just the building blocks of politics – they are themselves site of contemporary political struggle» (Weld 2014: 3).

O acervo conta uma história, é resultado de uma seleção, revela uma trajetória. A sua existência não pode ser pensada de forma isolada, ele integra uma atitude mais ampla de compreensão e apreensão do mundo, de uma biografia, de um projeto político. O seu depósito e as atividades que visam a sua visibilização constituem um desejo de inscrição apoiado numa materialidade menos questionável que a da memória. Por outro lado, estes arquivos enquanto espólios pessoais contêm materiais que, quando presentes também em arquivos oficiais como os do Estado Novo (1926-1974)⁽⁷⁾, estão arquivados enquanto material político subversivo. Têm sido assim sujeitos a uma polifonia interpretativa que remete para uma discussão mais ampla sobre o lugar dos arquivos na história e a história de cada arquivo. Onde, como e em que circunstância se podem os materiais relacionar? O Projeto Trust and Technology, sobre a comunidade aborígine Koorie na Austrália defende que para além da documentação guardada pelo governo, a Igreja e outras instâncias de poder e hegemonia deveria ser possível aos sujeitos que são objeto desses arquivos públicos e institucionais acrescentarem as suas próprias “histórias”, ou como refere McKemmish (2013: 37), dar-lhes a possibilidade de “corrigir” o registo, introduzindo a sua versão ou versões, participando como co-criadores, num sistema arquivístico compartilhado e colaborativo, num “multiverso arquivístico” (Idem: 39). Neste o controle é partilhado, os conteúdos negociados e a multiplicidade e heterogeneidade têm lugar para que hegemónico e contra-hegemónico se articulem, diálogos se estabeleçam e silêncios se façam ouvir. Como refere Loff, as pessoas tanto relembram para preservar como para provocar a mudança (Loff 2014) e nesse sentido os arquivos

(7) Nomeadamente o Arquivo da PIDE/DGS e do Gabinete do Ministro do Interior (Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

não são coleções históricas inertes, estes ativam relações dialógicas que o presente coloca ao passado. E o presente coloca sempre questões diferentes de acordo com os agentes que o experienciam (Hall 2001) tal como o gesto de guardar no contexto do exílio configura uma meditação sobre o tempo (Enwezor 2008). De uma configuração moldada pela experiência passada do exílio, clandestina, os documentos vão sendo domiciliados, domesticados, categorizados, ordenados de acordo com o novo tempo da preservação, da doação e por isso não encerram temporalidades, soltam-nas.

Bibliografia

- AA.VV. (2016) (2018). *Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961/1974)*, vol 1 e 2. Lisboa: AEP61-74.
- Almeida, Sónia Vespeira; Cachado, Rita (2019). "Archiving Anthropology in Portugal", *Anthropology Today*, 35 (1), 22-25
- Appadurai, Arjun (1986). *The Social Life of Things – Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Artières, Philippe (1998). "Arquivar a própria vida", *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 9-34. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 25 Jun. 2019.
- « – » (2013). "Arquivar-se: a propósito de certas práticas de auto-arquivamento", in Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann (org), *Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 45-66.
- Bal, Mieke (2009) [2002]. *Conceptos Viajeros en las Humanidades. Una guía de Viaje*. Murcia: CENDEAC.
- Bourdieu, Pierre (2003) [1965]. *Un arte medio*. Barcelona: Editorial Gili.
- Cardina, Miguel (2011). *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta da China.
- Cardina, Miguel; Sena Martins, Bruno (2018). "Introdução", in Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (org), *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*. Lisboa: Tinta-da-China, 11-20.
- Derrida, Jacques (1996). *Archive Fever, A Freudian Impression*. London, Chicago: University of Chicago Press.
- Dufoix, Stéphane (2005). "La communauté politique des exilés, une nation hors l'État", *Hommes & Migrations*, 1253, 6-14.

- Enwezor, Okwui (2008). *Archive Fever: uses of Document in Contemporary Art*. Gottingen, Steidl, New York: International Center of Photography.
- Foucault, Michel (1969) *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Gell, Alfred (1998). *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and Self-identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Hackl, Andreas (2017). "Key figure of mobility: the exile", *Social Anthropology*, 25 -1, 55-68.
- Halbwachs, Maurice [1925] (1994). *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Albin Michel.
- « - » [1950] (1997). *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel.
- Hall, Stuart (2001). "Constituting an archive", *Third Text*, 54, 89-92.
- Koselleck, Reinhart (2004). *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press.
- Loff, Manuel (2014). "Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal", *Culture & History Digital Journal*, vol. 3, nº 2. <http://cultureandhistory.revistas.csic.es/index.php/cultureandhistory/article/view/56/213>
- « - » (2015). "Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)", in Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciano Castro Soutelo (org), *Ditaduras e Revolução*. Coimbra: Almedina, 23-143
- Lowenthal, David (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press
- Lumsden, David. P. (1999). "Broken Lives? Reflections on the Anthropology of Exile & Repair", *Refuge*, vol. 18, nº 4, 30-39.
- Malkki, Liisa (1995). "Refugees and Exile: From "Refugee Studies" to the National Order of Things", *Annual Review of Anthropology*, 24, 495-523.
- McKemmish, Sue (2013). "Provas de mim ... novas considerações", in Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann (org.), *Arquivos Pessoais. Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 17-43.
- Nuselovici, Alexis (2013). "Étudier l'exil", FMSH-PP, nº 9, FMSH. Disponível em : <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00861243/document>. Acesso em: 25 Jun. 2019.
- Peralta, Elsa (2017). *Lisboa e a Memória do Império*. Lisboa: Outro Modo/ Monde Diplomatique.

- Pereira, Victor (2012). *La dictature de Salazar face à l'émigration: l'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- Said, Edward (2001). *Reflections on Exile: and other literary and cultural essays*. London: Granta.
- Silva, Douglas Mansur da (2007). *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*, Tese de doutoramento, Museu Nacional, UFRJ/MN.
- Svasek, Maruska, ed. (2012). *Moving subjects. Moving objects. Transnationalism, Cultural Production and Emotions*. New York, Oxford: Berghan Books.
- Travancas, Isabel, Rouchou, Joëlle, Heymann, Luciana, org. (2013). *Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Traverso, E., 2012 [2005]. *O passado, modos de usar. História, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop.
- Weld, Kirsten (2014). *Paper Cadavers. The Archives of Dictatorship in Guatemala*. Durham/London: Duke University Press.
- Zeitlyn, David (2012). "Anthropology in and of the Archives: Possible Futures and Contingent Pasts, Archives as Anthropological Surrogates", *Annual Review of Anthropology*, 41, 461-480.

Fontes

Entrevistas gravadas

- Fernando Cardeira (FCA) e Conceição Cardeira (CC), Lisboa.
Fernando Cardoso (FC), Lisboa.
Joaquim Saraiva (JS) e Teresa Couto (TC), Monte da Caparica.
Rui Mota (RM), Lisboa.
Vasco Martins (VM), Paris.

Arquivos particulares

- Fernando Cardeira
Fernando Cardoso
Joaquim Saraiva
Rui Mota
Vasco Martins